

Projeto de Lei nº 2338/2023 - Regulamentação da Inteligência Artificial - IA.

11/11/2016



Mercado Brasileiro de Seguros



Representação

98,2% das empresas do **SETOR SEGURADOR**

99,2% **SEGURADORAS** especializadas em **SAÚDE**



Proteção de propriedades e responsabilidades

78
associadas



Proteção de pessoas, que inclui seguros de vida e planos de previdência privada

64
associadas



Planos de proteção da saúde, nos âmbitos médico - hospitalar e odontológico

10
associadas



Planos de capitalização de rendas, com incentivos de sorteio

17
associadas

Participação do Mercado de Seguros na economia



Investidor
Institucional que
financia

**25,9% da dívida
pública nacional**



Ativos financeiros
de **R\$ 2,3 trilhões:**
economia constituída para repor
patrimônio e garantir renda
às famílias



6,4% do PIB:
arrecadação
setorial

Dimensão do Mercado Brasileiro de Seguros

Dados de 2024



02



Inteligência Artificial – IA no Mercado de Seguros

VISÃO GERAL

- O **mercado segurador** é altamente inovador (estima-se que as empresas do setor investiram cerca de 20 bilhões em inovação no ano de 2024) e os dados são o principal insumo de sua atividade.
- A inteligência artificial tem se consolidado como uma das principais aliadas da **transformação** no setor.
- O uso de IA tem sido utilizado para
 - (i) **Otimizar a aceitação do contrato - melhorar o tempo de subscrição de riscos;**
 - (ii) **Emissão de apólices mais rápidas**
 - (iii) **Atendimento ao cliente– chatbot humanizado;**
 - (iv) **Regulação de sinistros – pagamento mais rápido de indenizações; e**
 - (v) **Prevenção e combate à fraude.**
 - (vi) **Produtos mais aderentes às necessidades do consumidor – personalizados.**
- A IA também vem sendo muito empregada internacionalmente na modelagem de **riscos, no contexto das catástrofes naturais.**

PL 2338/23 – Aperfeiçoamento

1. Alteração no conceito de supervisão humana efetiva e adequada no ciclo de vida de IA

Art. 3º O desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de IA observarão a boa-fé e os seguintes princípios:

(...)

*inciso III - Supervisão e determinação humana **efetiva e adequada** no ciclo de vida da IA, considerando o grau de risco envolvido;*

Problema

- A expressão “**efetiva e adequada**” não é suficiente para orientar os agentes de inteligência artificial quanto **ao nível de supervisão humana** que deverá ser observado e acaba, por consequência, conferindo a este princípio um conteúdo dúbio, criando um ambiente de incerteza e de insegurança jurídica.

Proposta

- Sugere-se a supressão da expressão “efetiva e adequada”, a fim de reduzir a subjetividade e que o dispositivo tenha a seguinte redação, de modo a trazer maior segurança jurídica:

III – supervisão e determinação humana ~~efetiva e adequada~~ no ciclo de vida da IA, considerando o grau de risco envolvido;

PL 2338/23 – Aperfeiçoamento

2. Supressão do conceito de discriminação indireta

3. Alteração do conceito de discriminação ilícita ou abusiva

Art. 4º, XI – **discriminação abusiva ou ilícita**: qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir, de forma abusiva ou ilícita, o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos ou liberdades previstos no ordenamento jurídico, em razão de características pessoais;

Art. 4º, XII – **discriminação indireta abusiva ou ilícita**: discriminação que ocorre quando normativa, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar desvantagem para pessoa ou grupos afetados, ou os colocam em desvantagem, desde que essa normativa, prática ou critério seja abusivo ou ilícito;

Problema

- A definição de “**discriminação ilícita ou abusiva**” (art. 4º, XI) já contempla “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência (...), razão pela qual, a criação de conceitos distintos de discriminação (direta e indireta) cria insegurança jurídica e dificuldade na sua aplicação pelos agentes de IA.

Proposta

- Com o objetivo de trazer maior segurança jurídica, sugere-se a sua supressão do conceito de discriminação indireta.
- Propõe-se também o conceito de discriminação abusiva ou ilícita como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir, de forma abusiva ou ilícita, o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos ou liberdades previstos no ordenamento jurídico, **em razão de características pessoais como origem geográfica, raça, cor ou etnia, gênero, orientação sexual, classe socioeconômica, idade, deficiência, religião ou opiniões políticas;**”

PL 2338/23 – Aperfeiçoamento

4. Inclusão do uso de IA para monitoramento de espaços privados para fins de segurança de pessoas e patrimonial

Art. 13. São vedados o desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de IA:

*IV – em sistemas de identificação biométrica à distância, em tempo real e em espaços acessíveis ao público, **com exceção das seguintes hipóteses:***

Problema

- Risco de restrição do uso da tecnologia de identificação biométrica para fins legítimos, colaboram para a segurança social e diminuição da ocorrência de sinistros.

Proposta

- A inserção de mais uma exceção no inciso IV do art. 13, para permitir a utilização de sistema de identificação biométrica relacionada ao monitoramento de espaços privados para fins de segurança de pessoas e patrimonial, com a seguinte redação:

Art. 13. São vedados o desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de IA:

*IV – em sistemas de identificação biométrica à distância, em tempo real e em espaços acessíveis ao público, **com exceção das seguintes hipóteses:***

e) monitoramento de espaços privados para fins de segurança de pessoas e patrimonial."

PL 2338/23 – Aperfeiçoamento

5. Vinculação da definição de serviços essenciais com aqueles previstos em lei – Alto Risco - IA.

Art. 14. Considera-se de alto risco o sistema de IA empregado para as seguintes finalidades e contextos de usos, levando-se em conta a probabilidade e a gravidade dos impactos adversos sobre pessoas ou grupos afetados, nos termos de regulamentação:

(...)

IV - avaliação de critérios de acesso, elegibilidade, concessão, revisão, redução ou revogação de serviços privados e públicos **que sejam considerados essenciais**, incluindo sistemas utilizados para avaliar a elegibilidade de pessoas naturais quanto a prestações de serviços públicos de assistência e de seguridade;

Problema

- A ausência de definição do que sejam considerados essenciais no projeto pode criar uma insegurança jurídica e alcançar setores que não são serviços essenciais.

Proposta

- Para tornar mais clara a redação, de modo a evitar que ocorram equívocos em sua interpretação, entende-se necessária a previsão de que a essencialidade do serviço deverá ser estabelecida por lei. Nesse sentido, sugere-se a seguinte redação para o dispositivo:

“Art. 14 (...)

IV - avaliação de critérios de acesso, elegibilidade, concessão, revisão, redução ou revogação de serviços privados e públicos **que sejam por lei** considerados essenciais, incluindo sistemas utilizados para avaliar a elegibilidade de pessoas naturais quanto a prestações de serviços públicos de assistência e de seguridade;”

PL 2338/23 – Aperfeiçoamento



6. Desnecessidade de regulamentação da classificação do sistema de alto risco pelo SIA - Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial

Art. 15. Caberá ao SIA regulamentar a classificação da lista dos sistemas de IA de alto risco, bem como identificar novas hipóteses de aplicação de alto risco, levando em consideração a probabilidade e a gravidade dos impactos adversos sobre pessoas ou grupos afetados, e com base em, pelo menos, 1 (um) dos seguintes critérios. (...)

Art.16, § 1º A autoridade competente e as autoridades setoriais deverão considerar o estado da arte do desenvolvimento tecnológico e a evolução e a harmonização das boas práticas setoriais e não setoriais para fins de monitoramento e reclassificação contínua dos sistemas de IA de alto risco.

Problema

- Insegurança jurídica na classificação de sistema de Alto Risco. A classificação da lista de sistemas de IA de alto risco já consta no próprio texto (art. 14), não sendo matéria de regulamentação infralegal.

Proposta

Sugere-se a seguinte redação para o dispositivo:

"Art. 15. Caberá ao SIA regulamentar **sugerir a alteração da** classificação da lista dos sistemas de IA de alto risco, ~~bem como identificar novas hipóteses de aplicação de alto risco, levando em consideração a probabilidade e a gravidade dos impactos adversos sobre pessoas ou grupos afetados, e com base em, pelo menos,~~ **podendo observar** 1 (um) dos seguintes critérios:"

Art. 16. A ~~regulamentação~~ **sugestão de alteração** da lista e a classificação ~~da lista com~~ de novas aplicações de sistemas de IA de alto risco serão precedidas de procedimento que garanta participação social e de análise de impacto regulatório, cabendo:

PL 2338/23 – Aperfeiçoamento

7. Comunicação de Incidente a partir da confirmação

Art. 25, § 7º Os agentes de IA que, posteriormente à introdução de sistema de IA no mercado ou à sua utilização em serviço, **tiverem conhecimento de risco** ou impacto inesperado e relevante que o sistema apresente a direitos de pessoas naturais comunicarão o fato imediatamente à autoridade setorial e aos outros agentes na cadeia para que sejam tomadas todas as medidas cabíveis, inclusive, quando necessário, a de notificar pessoas e grupos afetados pelo sistema de IA.

Problema

- Risco de excesso de comunicação, já que menciona “conhecimento de risco”, o que pode trazer um entrave operacional

Proposta

- Trazer um conceito mais alinhado com a LGPD e limitar a comunicação às situações em que haja confirmação de **dano concreto a direitos de pessoas naturais e desde que o dano seja grave ou relevante**. Propõe-se a seguinte redação:

“Art. 25 (...)
(...)”

§ 7º Os agentes de IA que, posteriormente à introdução de sistema de IA no mercado ou à sua utilização em serviço, tiverem conhecimento de risco ou impacto inesperado e relevante que o sistema apresente a direitos de pessoas naturais comunicarão o fato imediatamente à autoridade setorial e aos outros agentes na cadeia ~~para que sejam tomadas todas as medidas cabíveis, inclusive, quando necessário, confirmada a ocorrência de dano grave ou relevante~~, podendo notificar pessoas ~~e grupos~~ afetadas pelo sistema de IA”.

PL 2338/23 – Aperfeiçoamento

8. Divulgação das conclusões da avaliação de Impacto Algorítmico

*Art. 28. As conclusões da avaliação de impacto algorítmico **serão públicas**, observados os segredos industrial e comercial, nos termos de regulamento*

Problema

- Risco de exposição de segredos industrial e comercial, ainda que a lei faça referência a sua observância, considerando a vinculação do algoritmo com a natureza do negócio.
- Vislumbra-se que a proposta de divulgação poderá gerar uma incompreensão do público em geral.

Proposta

- As conclusões de avaliação de impacto, dada a sua natureza técnica, terão maior utilidade e compreensão por parte do órgão regulador competente, e não do público em geral. Adicionalmente, entende-se que a disponibilização das conclusões apenas ao órgão regulador competente é uma medida que reforça a preservação dos segredos de negócio dos agentes de inteligência artificial. Nesse sentido, sugere-se a seguinte redação para o dispositivo:

“Art. 28. As conclusões da avaliação de impacto algorítmico **deverão ser disponibilizadas ao órgão competente serão públicas, observados os segredos industrial e comercial, nos termos de regulamento.”**

PL 2338/23 – Aperfeiçoamento

9. Ambiente Regulatório Experimental (sandbox regulatório) – Inclusão das competências das autoridades setoriais regulatórias – definir condições especiais.

Art. 4, XVIII - ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório): conjunto de **condições especiais estabelecidas para desenvolver**, treinar, validar e testar, por tempo limitado, um sistema de IA inovador, bem como modelos de negócio e políticas públicas inovadoras e técnicas e tecnologias experimentais que envolvam IA, mediante o cumprimento de critérios e de limites previamente estabelecidos e por meio de procedimento facilitado;

Problema

- Risco de conflito entre normas regulatórias. Insegurança Jurídica.

Proposta

Para que reste expressamente assegurada a participação das autoridades reguladoras setoriais no ambiente regulatório experimental, sugere-se um pequeno acréscimo redacional no dispositivo, conforme abaixo

“Art. 4º (...)

XVIII - ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório): conjunto de condições especiais estabelecidas **pelas autoridades setoriais** para desenvolver, treinar, validar e testar, por tempo limitado, um sistema de IA inovador, bem como modelos de negócio e políticas públicas inovadoras e técnicas e tecnologias experimentais que envolvam IA, mediante o cumprimento de critérios e de limites previamente estabelecidos e por meio de procedimento facilitado;”

CONCLUSÃO

1. A intervenção regulatória deve ser proporcional aos riscos que a tecnologia pode trazer a direitos e liberdades individuais, sob pena de representar um obstáculo injustificável ao **desenvolvimento econômico e à inovação tecnológica**, não apenas ao setor de seguros, mas ao País de forma geral;
2. A legislação de IA deve considerar as peculiaridades do setor e possibilitar que o uso da IA continue **fomentando as inovações e a melhoria de processo**.

Conheça nossos canais:



Instagram



LinkedIn



YouTube



WhatsApp



cnseg.org.br



noticiasdoseguro.org.br



Obrigada

GLAUCE CARVALHAL

